

**GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA**

Relatório Anual



Conselho Estadual de Recursos Fiscais

2017

SUMÁRIO

1.	Composição do Conselho.....	03
2.	Apresentação.....	05
3.	Síntese das Atividades Desenvolvidas em 2017.....	06
3.1	Evolução das Entradas de Recursos no CERF por Espécie.....	06
3.2	Movimentação dos Recursos no CERF.....	06
3.3	Quantidade de Recursos Julgados por Espécie.....	07
3.4	Resumo Geral de Recursos Julgados.....	07
3.5	Índice de Participação Relativo ao Total de Recursos Julgados - Gráfico 01.....	08
3.6	Valores dos Créditos Tributários Relativos aos Recursos Julgados por Espécie.....	08
3.7	Recursos Julgados - Evolução Anual de 2010 a 2017.....	09
3.8	Evolução da Quantidade de Recursos Julgados por Ano - Gráfico 02.....	09
3.9	Quantidade de Recursos Julgados por Modalidade de Decisão - Primeira Câmara.....	10
3.10	Quantidade de Recursos Julgados por Modalidade de Decisão - Segunda Câmara.....	10
3.11	Quantidade de Recursos Julgados por Modalidade de Decisão – Pleno.....	11
3.12	Total de Recursos Julgados por Modalidade de Decisão.....	11
3.13	Quantidade de Acórdãos por Quórum de Votação.....	12
3.14	Comparativo Anual de Recursos Julgados - Período de 2010 a 2017.....	12
3.15	Quantidade de Sessões de Julgamento Realizadas.....	13
3.16	Comparativo Anual de Sessões de Julgamento Realizadas.....	13
3.17	Quantidade de Recursos Distribuídos por Conselheiro - Primeira Câmara.....	14
3.18	Quantidade de Recursos Distribuídos por Conselheiro - Segunda Câmara.....	14
3.19	Quantidade de Recursos Distribuídos por Conselheiro - Pleno.....	14
3.20	Quantidade de Recursos Distribuídos por Conselheiro - Suplentes.....	15
3.21	Índice de Participação dos Conselheiros no Total de Recursos Distribuídos - Gráfico 03.....	15
3.22	Aprovação de Súmulas.....	16
3.23	Participação dos Representantes da Fazenda Pública Estadual.....	16
3.24	Índice de Participação dos Representantes da Fazenda Pública Estadual - Gráfico 04.....	16
3.25	Tempo de Duração da Tramitação dos Recursos Julgados.....	17
3.25.1	Intervalo de Tempo Entre a Data da Lavratura do Auto de Infração e a Decisão Final.....	17
3.25.2	Intervalo de Tempo Entre a Data da Entrada dos Recursos no CERF e a Decisão Final.....	18
3.25.3	Tempo Consumido nas Instâncias de Julgamento.....	19

1. COMPOSIÇÃO DO CONSELHO

Gustavo Assis Guerra

Presidente

Edésio Medeiros Assad

Vice-presidente

CONSELHEIROS DA PRIMEIRA CÂMARA DE JULGAMENTO

Representantes da Secretaria de Estado da Fazenda

César Romeu Souza de Lacerda

Edésio Medeiros Assad

José Adênis Pessin

Representante da Federação da Indústria do Estado do Espírito Santo

Emílio Augusto Trinxet Brandão Júnior

Representante da Federação do Comércio do Estado do Espírito Santo

Thiago Nader Passos

Representante da Federação da Agricultura do Estado do Espírito Santo

Karla Renata Braz de Assis

REPRESENTANTE DA FAZENDA PÚBLICA ESTADUAL NA PRIMEIRA CÂMARA DE JULGAMENTO

Rodrigo Francisco de Paula

CONSELHEIROS DA SEGUNDA CÂMARA DE JULGAMENTO

Representantes da Secretaria de Estado da Fazenda

Rowena Rodrigues Fraga

Maria das Graças Bastos Lima

Liane Lugon Cacciari Pasolini

Representante da Federação da Indústria do Estado do Espírito Santo

Waldenor Cezário Mariot

Representante da Federação do Comércio do Estado Espírito Santo

Henrique Ângelo Denicoli Júnior

Representante da Federação da Agricultura do Estado do Espírito Santo

Eduardo Antônio Santos Sampaio

REPRESENTANTE DA FAZENDA PÚBLICA ESTADUAL NA SEGUNDA CÂMARA DE JULGAMENTO

Adriano Frisso Rabelo

CONSELHEIROS SUPLENTES

Representantes da Secretaria de Estado da Fazenda

Manoel Lúcio Fernandes (nomeado em 24/02/2017)

Sérgio Pereira Ricardo

Representante da Federação da Indústria do Estado do Espírito Santo

Mariane Freitas Ferreira

Representante da Federação do Comércio do Estado Espírito Santo

Andréa Julião de Aguiar Magalhães

Representante da Federação da Agricultura do Estado do Espírito Santo

Luciano Pavan de Souza

REPRESENTANTES DA FAZENDA PÚBLICA ESTADUAL - SUPLENTE

Francisco Augusto Teixeira de Carvalho;

Rafael Induzzi Drews.

EQUIPE DA SECRETARIA EXECUTIVA DO CONSELHO ESTADUAL DE RECURSOS FISCAIS

Marildes Madalena de Cássia Alves – Chefe de Secretaria

Danielle Ananias da Silva – Auxiliar Fazendário

Mirella Neves dos Santos – Assistente de Gerência

Malone Assis Quinup Gomes – Auxiliar de Informática

Andressa Silva Almeida – Auxiliar de Informática

Ester Dias Nunes- Estagiária

Vandersom da Silva José - Estagiário

2. APRESENTAÇÃO

Este relatório é uma síntese das atividades desenvolvidas pelo Conselho Estadual de Recursos Fiscais - CERF no ano de 2017.

A sua apresentação aos conselheiros e ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Fazenda cumpre a determinação contida no art. 10, XXIV, do Regimento Interno do Colegiado, aprovado pelo Decreto n.º 1.353-R, DE 13 de julho de 2004.

O relatório está dividido em partes que destacam: a evolução da entrada de recursos, por espécie; a movimentação dos recursos; a quantidade de recursos julgados, por espécie, nas 1.ª e 2.ª Câmaras do Conselho; um resumo geral dos recursos julgados; os índices de participação relativos ao total de recursos julgados; os valores dos créditos tributários relativos aos recursos julgados, por espécie; a evolução anual de 2010 a 2017 dos recursos julgados; a evolução da quantidade de recursos julgados por ano; a quantidade de recursos julgados por modalidade de decisão nas 1.ª e 2.ª Câmaras; o total de recursos julgados no ano; o comparativo anual dos recursos julgados de 2010 a 2017; a quantidade de sessões de julgamento realizadas; a quantidade de recursos distribuídos por conselheiro; a participação dos conselheiros nos recursos julgados e a participação dos Representantes da Fazenda Pública Estadual.

Os indicadores constantes do presente relatório, se bem analisados, podem constituir-se em poderosa ferramenta de trabalho para o planejamento das atividades de administração tributária, porquanto revelam, concretamente, os aspectos positivos e negativos das ações de fiscalização e, sobretudo, da gestão do contencioso administrativo-fiscal, considerada em seu conjunto.

Registramos, com satisfação, mais uma vez, no ano de 2017, absoluta normalidade na tramitação e no julgamento dos processos administrativo-fiscais em segunda instância, conforme detalhado no presente Relatório – **nossa Prestação de Contas Anual**.

Por último, queremos externar os nossos agradecimentos aos membros deste egrégio Conselho (conselheiros e procuradores) e à nossa equipe de servidores pela participação fundamental, dedicação e empenho no desenvolvimento de suas tarefas, permitindo que os trabalhos se realizassem a contento.

Gustavo Assis Guerra
Presidente do CERF

3. SÍNTESE DAS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS EM 2017

3.1 EVOLUÇÃO DAS ENTRADAS DE RECURSOS NO CERF POR ESPÉCIE

Ano	Recurso de Ofício	Recurso Voluntário	Recurso de Revista	Impugnação (Royalties)	Voluntário /DJ	Total
2010	214	124	-	-	-	338
2011	187	167	7	-	-	361
2012	126	112	2	-	-	240
2013	144	162	5	2	5	318
2014	89	136	3	-	-	228
2015	380	824	2	1	1	1208
2016	371	994	15	-	-	1380
2017	337	711	5	-	-	1053

3.2 MOVIMENTAÇÃO DOS RECURSOS NO CERF

Recursos a serem apreciados 31/12/2016	Entradas	Total	Saídas		Pendentes 31/12/17 ⁽¹⁾
			Recursos Julgados	Denegado Seguimento	
694	1053	1747	1067	-	992

Nota:

¹ Situação dos pendentes: em diligências, aguardando data para pauta, vistas com conselheiros ou procuradores.

² Valor do crédito tributário pendente de Julgamento: 1.022.584.971,3207 VRTEs. 1 VRTE = R\$ 3,2726 (2018). R\$ 3.346.511.577,14;

³ Durante a tramitação dos processos, muitos deles são recolhidos ou parcelados antes mesmo do julgamento.

3.3 QUANTIDADE DE RECURSOS JULGADOS POR ESPÉCIE

Meses	1ª CÂMARA			2ª CÂMARA			PLENO				
	De Ofício	Voluntário	Total	De Ofício	Voluntário	Total	RV ¹	RR ²		Total	TOTAL GERAL
Jan	13	34	47	6	36	42	-	-		-	89
Fev	16	26	42	11	28	39	1	3		4	85
Mar	23	35	58	17	48	65	-	-		-	123
Abr	13	48	61	6	33	39	3	1		4	104
Mai	11	27	38	3	29	32	-	-		-	70
Jun	15	20	35	13	27	40	-	-		-	75
Jul	7	31	38	10	27	37	2	2		4	79
Ago	10	30	40	8	19	27	2	1		3	70
Set	13	39	52	6	23	29	2	2		4	85
Out	16	36	52	9	28	37	3	2		5	94
Nov	14	26	40	38	37	75	-	-		-	115
Dez	15	22	37	15	20	35	3	3		6	78
Total	166	374	540	142	355	497	16	14		30	1067

Notas:

¹ Recursos Voluntários (art. 74 do Regimento Interno do CERF).

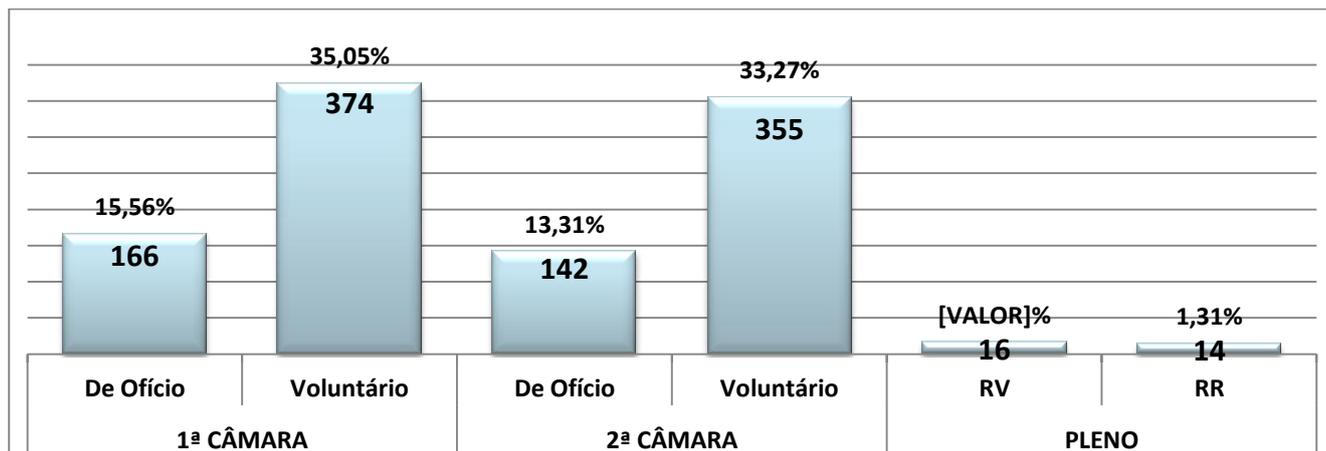
² Recursos de Revista (art. 76 do Regimento Interno do CERF).

³ Recebidos por força de decisão judicial.

3.4 RESUMO GERAL DOS RECURSOS JULGADOS

CÂMARA	TOTAL POR CÂMARA
PLENO	30
PRIMEIRA CÂMARA DE JULGAMENTO	540
SEGUNDA CÂMARA DE JULGAMENTO	497
TOTAL GERAL	1067

3.5 ÍNDICE DE PARTICIPAÇÃO RELATIVO AO TOTAL DE RECURSOS JULGADOS



3.6 VALORES DOS CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS RELATIVOS AOS RECURSOS JULGADOS POR ESPÉCIE

Ano	De Ofício	Voluntário	Impugnação (Royalties)	Pleno		Total em VRTE
				Revista	Voluntário*	
2017	381.372.078,05	844.709.234,57	-	382.007.022,45	260.864.229,34	586.522.066,3482

Nota:

* Recursos Voluntários (art. 74 do Regimento Interno do CERF). VRTE 3,1865

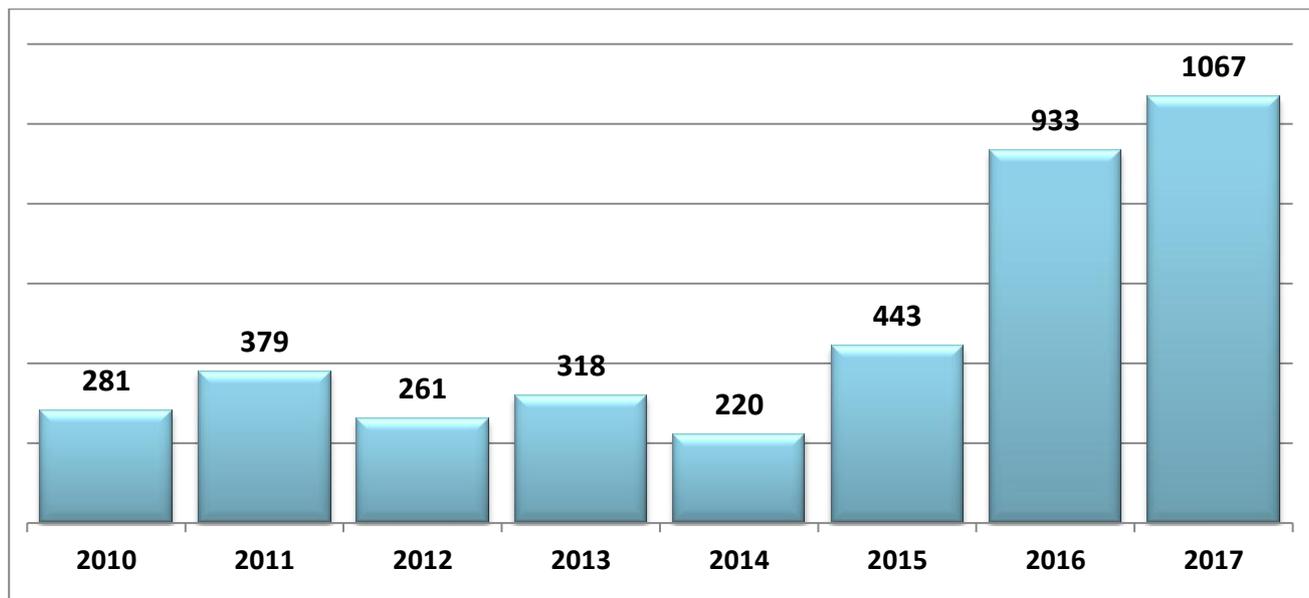
3.7 RECURSOS JULGADOS – EVOLUÇÃO ANUAL DE 2010 A 2017

Ano	Quantidade
2010	281
2011	379
2012	261
2013	318
2014	220
2015	443
2016	933
2017 ¹	1067

Notas:

¹ Incluídos Recursos de Revista e os Recursos Voluntários (art. 74 do Regimento Interno do CERF).

3.8 EVOLUÇÃO DA QUANTIDADE DE RECURSOS JULGADOS



3.9 QUANTIDADE DE RECURSOS JULGADOS POR MODALIDADE DE DECISÃO PRIMEIRA CÂMARA

MÊS	Subsistentes	Insubsistentes	Nulidades de Auto de Infração	Decisões Anuladas	Decadência	Rito Processual Incompleto	Parcialmente subsistente	Total
Jan	32	8	1	4	2			47
Fev	29	10		1	1	1		42
Mar	39	19						58
Abr	44	7		5	1	4		61
Mai	27	7	2	1	2	1		40
Jun	20	10		3				33
Jul	31	5				2		38
Ago	28	7	2	3				40
Set	39	8	4	1				52
Out	36	9	3	3			1	52
Nov	23	13	3	1				40
Dez	18	12		3			4	37
Total	366	115	15	25	6	8	5	540
%	67,8	21,3	2,8	4,6	1,1	1,5	0,9	100

3.10 QUANTIDADE DE RECURSOS JULGADOS POR MODALIDADE DE DECISÃO SEGUNDA CÂMARA

MÊS	Subsistentes	Insubsistentes	Nulidades de Auto de Infração	Decisões Anuladas	Decadência	Rito Processual Incompleto	Parcialmente subsistente	Total
Jan	37	3		1	1			42
Fev	30	7			2			39
Mar	49	9	1	6				65
Abr	31	5		3				39
Mai	28	2		2				32
Jun	26	13		1				40
Jul	29	2		5			1	37
Ago	21	4		2				27
Set	21	3	3	2				29
Out	29	5		3				37
Nov	40	33		2				75
Dez	26	5					4	35
Total	367	91	4	27	3		5	497
%	73,8	18,3	0,8	5,4	0,6		1,0	100

3.11 QUANTIDADE DE RECURSOS JULGADOS POR MODALIDADE DE DECISÃO PLENO

MÊS	Subsistentes	Insubsistentes	Nulidades de Auto de Infração	Decisões Anuladas	Decadência	Rito Processual Incompleto	Parcialmente subsistente	Total
Jan								
Fev	4							4
Mar								
Abr	2			1	1			4
Mai								
Jun								
Jul	4							4
Ago	2	1						3
Set	4							4
Out	5							5
Nov								
Dez	5	1						6
Total	26	2		1	1			30
%	86,7	6,7		3,3	3,3			100

3.12 TOTAL DE RECURSOS JULGADOS POR MODALIDADE DE DECISÃO

Decisões	1ª Câmara	2ª Câmara	Pleno*	Total	%
Subsistentes	366	367	26	759	71,1
Insubsistentes	115	91	2	208	19,5
Nulidades de Autos de Infração	15	4		19	1,8
Decisões Anuladas	25	27	1	53	5,0
Decadência	6	3	1	10	0,9
Rito Processual Incompleto	8			8	0,7
Parcialmente subsistente	5	5		10	0,9
TOTAL	540	497	30	1067	100

* Recursos Voluntários (art. 74 do Regimento Interno do CERF).

* Recursos de Revista (art. 76 do Regimento Interno do CERF).

3.13 QUANTIDADE DE ACÓRDÃOS POR QUÓRUM DE VOTAÇÃO

Espécies de Acórdão	1ª CÂMARA	2ª CÂMARA	PLENO*	TOTAL GERAL	%
À Unanimidade	482	462	17	961	90,07
Por Maioria de Votos	32	10	6	48	4,50
Por Voto de Desempate	26	25	7	58	5,44
TOTAL	540	497	30	1067	100

* Recursos Voluntários (art. 74 do Regimento Interno do CERF).

* Recursos de Revista (art. 76 do Regimento Interno do CERF).

3.14 COMPARATIVO ANUAL DE RECURSOS JULGADOS PERÍODO DE 2010 A 2016

Decisões	2010	%	2011	%	2012	%	2013	%
Subsistentes	136	48	185	49	150	57	186	58
Insubsistentes	90	32	169	45	83	32	111	35
Nulidades de Autos de Infração	9	3	5	1	4	2	9	3
Decisões Anuladas	21	7	14	4	9	3	4	1
Decadência	25	9	6	2	15	6	8	3
TOTAL	281	100	379	100	261	100	318	100

3.15 COMPARATIVO ANUAL DE RECURSOS JULGADOS PERÍODO DE 2010 A 2016

Decisões	2014	%	2015	%	2016	%	2017	%
Subsistentes	135	61	267	60	610	65	759	71
Insubsistentes	61	28	117	26	198	21	208	19
Nulidades de Autos de Infração	3	1	8	2	25	3	19	1
Decisões Anuladas	11	5	29	7	70	8	53	5,0
Decadência	10	5	22	5	30	3	10	0,9
Rito Processual Incompleto							8	0,7
Parcialmente Subsistente							10	0,9
TOTAL	220	100	443	100	933	100	1067	100

3.16 QUANTIDADE DE SESSÕES DE JULGAMENTO REALIZADAS

MESES	1ª CÂMARA	2ª CÂMARA	PLENO	TOTAL	%
Janeiro	6	6	-	12	7,02
Fevereiro	6	6	2	14	8,19
Março	8	8	-	16	9,36
Abril	8	6	2	16	9,36
Maiο	6	7	-	13	7,60
Junho	6	7	-	13	7,60
Julho	6	6	2	14	8,19
Agosto	6	6	2	14	8,19
Setembro	8	4	1	13	7,60
Outubro	8	6	2	16	9,36
Novembro	6	10		16	9,36
Dezembro	6	6	2	14	8,19
TOTAL	80	78	13	171	100

Obs: O CERF pode realizar até 24 sessões de julgamento por mês, sendo 08 ordinárias e 04 extraordinárias, por Câmara (artigo 34, § 1.º do R.I).

3.17 COMPARATIVO ANUAL DE SESSÕES DE JULGAMENTO REALIZADAS

Ano	1ª Câmara	2ª Câmara	Pleno	TOTAL
2010	30	33	1	64
2011	35	39	2	76
2012	28	23	6	57
2013	38	39	8	85
2014	28	28	3	59
2015	42	48	3	93
2016	76	75	1	152
2017	80	78	13	171

* Sessão extraordinária para aprovação de Súmulas.

3.18 QUANTIDADE DE RECURSOS DISTRIBUÍDOS POR CONSELHEIRO PRIMEIRA CÂMARA

Conselheiro	Recursos Distribuídos	%
César Romeu Souza de Lacerda	116	26,36
Edésio Medeiros Assad	31	7,05
Emílio Augusto Trinxet Brandão Jr.	40	9,09
José Adênis Pessin	84	19,09
Karla Renata Braz de Assis	101	22,95
Thiago Nader Passos	68	15,45
Total	440	100

Obs:

1. Considerou-se, também distribuídos, os processos objetos de pedido de vista, diligências e respectivos retornos;
2. Processos idênticos, conexos, semelhantes ou do mesmo sujeito passivo, quase sempre são distribuídos para o mesmo conselheiro, por dependência

3.19 QUANTIDADE DE RECURSOS DISTRIBUÍDOS POR CONSELHEIRO SEGUNDA CÂMARA

Conselheiro	Recursos Distribuídos	%
Eduardo Antônio Santos Sampaio	91	20,09
Rowena Rodrigues Fraga	110	24,28
Henrique Ângelo Denicoli Júnior	112	24,72
Maria das Graças Bastos Lima	44	9,71
Liane Lugon Cacciari Pasolini	75	16,56
Waldenor Cezário Mariot	21	4,64
Total	453	100

Obs:

1. Considerou-se, também distribuídos, os processos objetos de pedido de vista, diligências e respectivos retornos;
2. Processos idênticos, conexos, semelhantes ou do mesmo sujeito passivo, quase sempre são distribuídos para o mesmo conselheiro, por dependência.

3.20 QUANTIDADE DE RECURSOS DISTRIBUÍDOS POR PROCURADOR

Conselheiro	Recursos Distribuídos	%
Adriano Frisso Rabelo	381	49,48
Francisco Augusto Teixeira de Carvalho	2	0,00
Rodrigo Francisco de Paula	387	50,26
Total	770	100

3.21 QUANTIDADE DE RECURSOS DISTRIBUÍDOS POR CONSELHEIRO PLENO

Conselheiro	Recursos Distribuídos	%
César Romeu Souza de Lacerda	7	25,93
Edésio Medeiros Assad	2	7,41
Eduardo Antônio Santos Sampaio	2	7,41
Emílio Augusto Trinxet Brandão Jr.	2	7,41
Henrique Ângelo Denicoli Júnior	4	14,81
José Adênis Pessin		
Karla Renata Braz de Assis	2	7,41
Maria das Graças Bastos Lima	5	18,52
Thiago Nader Passos	1	3,70
Waldenor Cezário Mariot	2	7,41
TOTAL	27	100

Obs:

1. Considerou-se, também distribuídos, os processos objetos de pedido de vista, diligências e respectivos retornos;
2. Processos idênticos, conexos, semelhantes ou do mesmo sujeito passivo, quase sempre são distribuídos para o mesmo conselheiro, por dependência.

3.22 QUANTIDADE DE RECURSOS DISTRIBUÍDOS POR CONSELHEIRO SUPLENTE

Conselheiro	Recursos Distribuídos	%
Andrea Julião de Aguiar Magalhães	1	2,56
Luciano Pavan de Souza	11	28,21
Mariane Freitas Ferreira	24	61,54
Manoel Lúcio Alves Fernandes	1	2,56
Sérgio Pereira Ricardo	2	5,13
TOTAL	39	100

Obs:

1. Considerou-se, também distribuídos, os processos objetos de pedido de vista, diligências e respectivos retornos;
2. Processos idênticos, conexos, semelhantes ou do mesmo sujeito passivo, quase sempre são distribuídos para o mesmo conselheiro, por dependência.

Total Geral	932	100
--------------------	------------	------------

3.23 ÍNDICE DE PARTICIPAÇÃO DOS CONSELHEIROS NO TOTAL DE RECURSOS DISTRIBUÍDOS

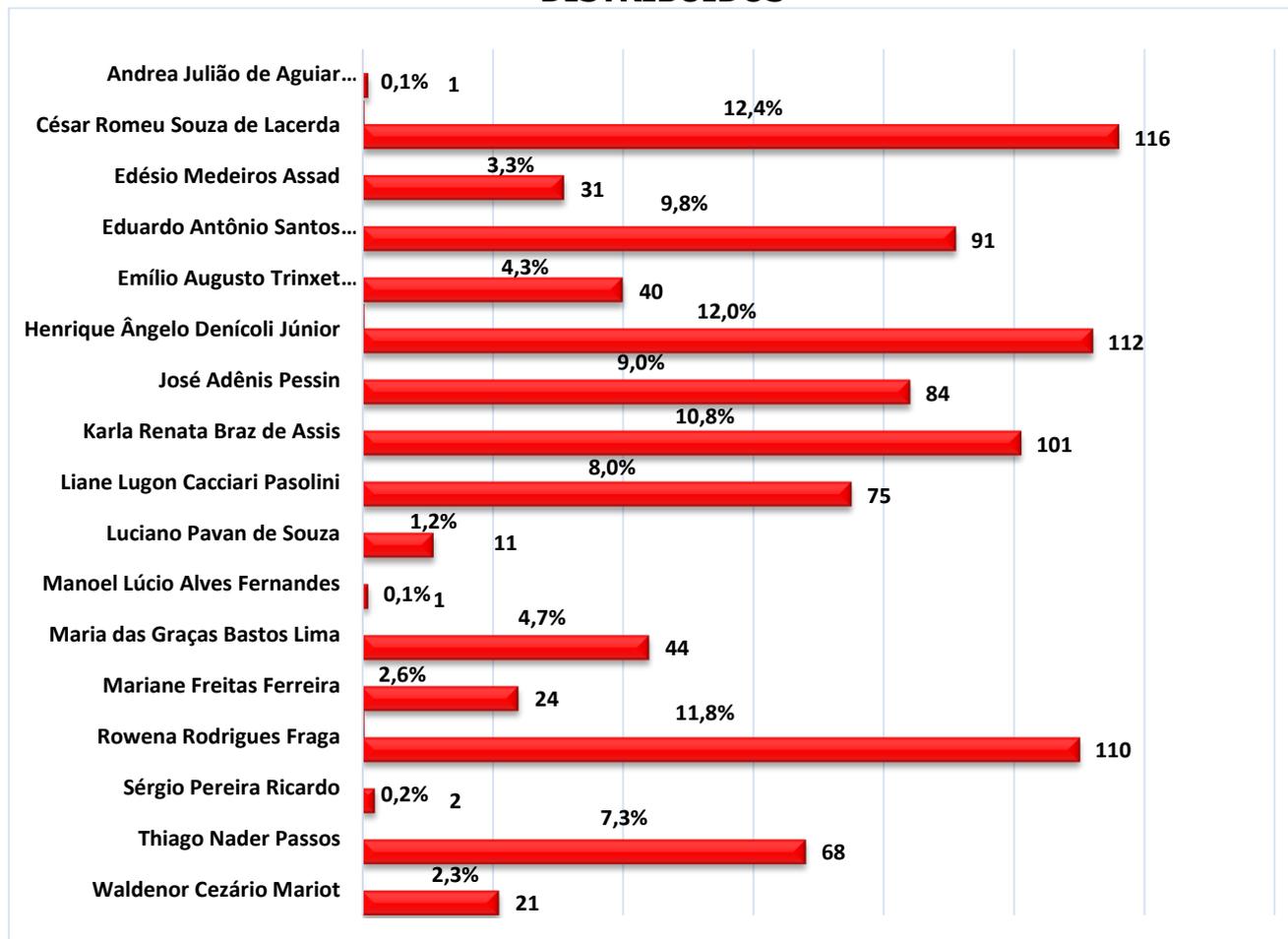


Gráfico 03

Obs: 1. Considerou-se, também distribuídos, os processos objetos de pedido de vista, diligências e respectivos retornos;
2. Processos idênticos, conexos, semelhantes ou do mesmo sujeito passivo, quase sempre são distribuídos para o mesmo conselheiro, por dependência.

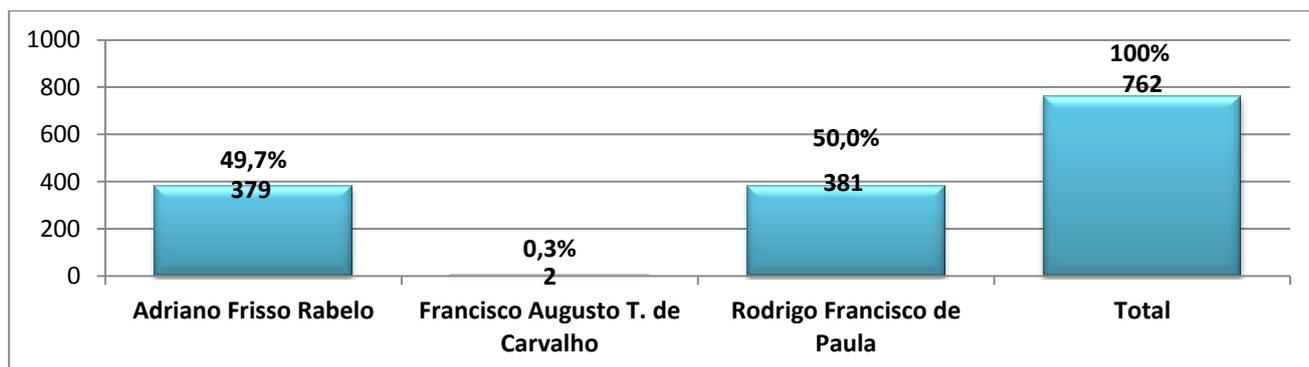
3.24 APROVAÇÃO DE SÚMULAS (PLENO)

Súmula Nº	Data Aprovação	Data Publicação D.O.E
005	09/08/2017	11/08/2017
-	-	-

3.25 PARTICIPAÇÃO DOS REPRESENTANTES DA FAZENDA PÚBLICA ESTADUAL

Procurador	Recursos Distribuídos	%
Adriano Frisso Rabelo	379	49,7
Francisco Augusto Teixeira de Carvalho	2	0,3
Rodrigo Francisco de Paula	381	50,0
Total	762	100

3.26 ÍNDICE DE PARTICIPAÇÃO DOS REPRESENTANTES DA FAZENDA PÚBLICA ESTADUAL



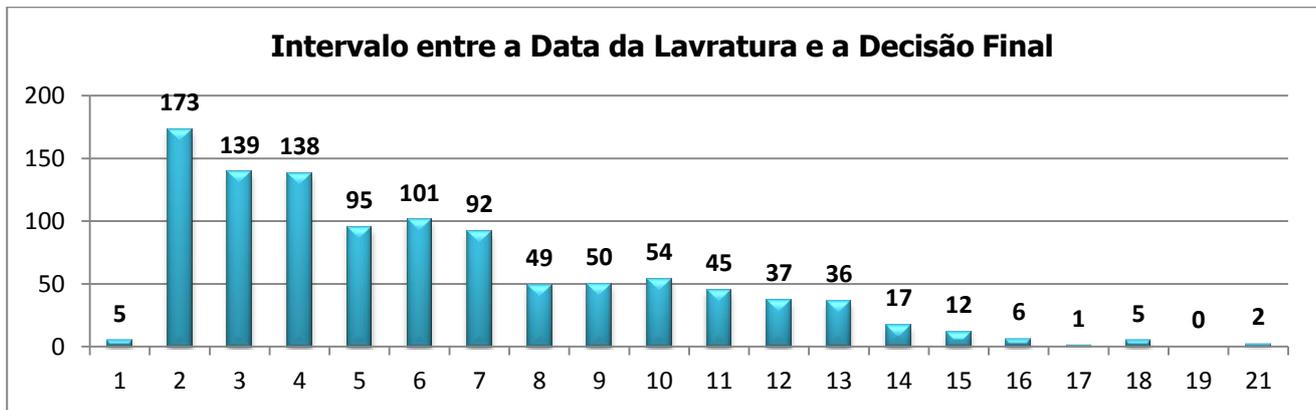
Obs:

1. Considerou-se, também distribuídos, os processos objetos de pedido de vista, diligências e respectivos retornos.
2. Processos idênticos, conexos, semelhantes ou do mesmo sujeito passivo, quase sempre são distribuídos para o mesmo Procurador, por dependência.

3.27 TEMPO DE DURAÇÃO DA TRAMITAÇÃO DOS RECURSOS JULGADOS

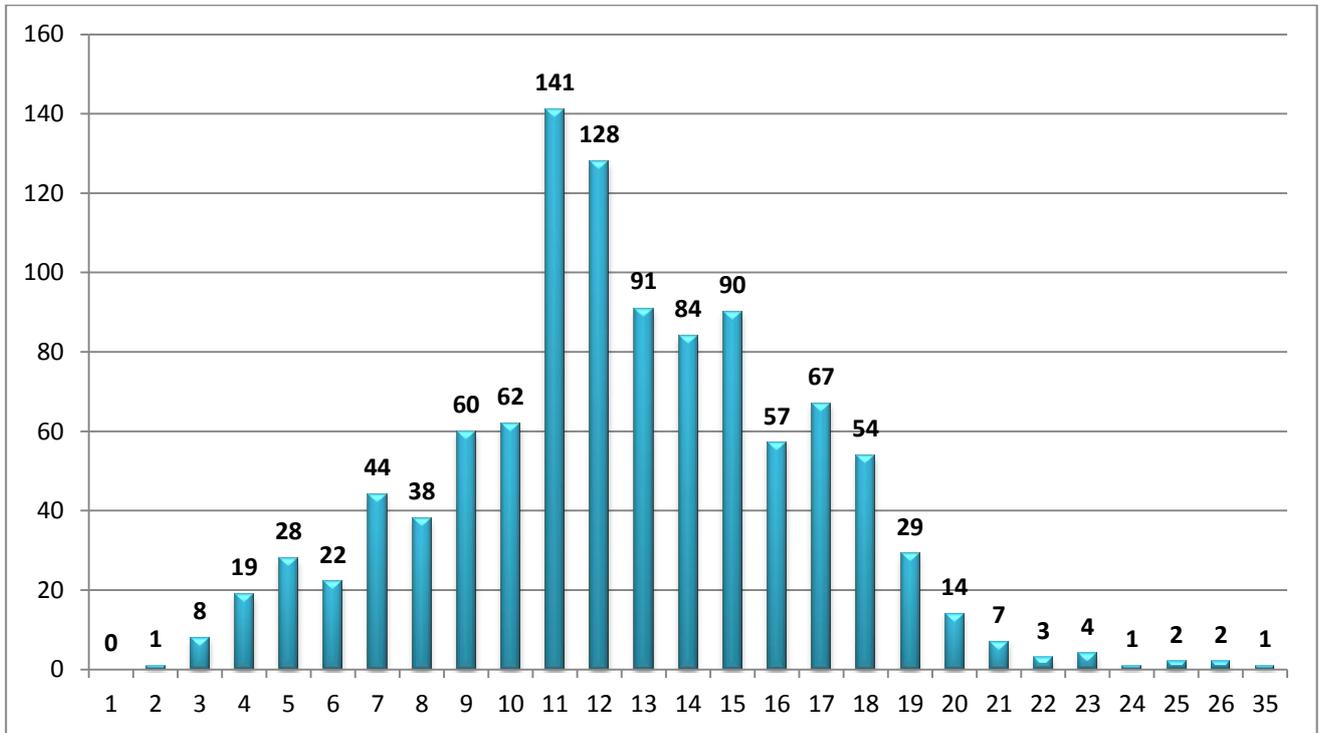
3.27.1 INTERVALO DE TEMPO ENTRE A DATA DA LAVRATURA DO AUTO DE INFRAÇÃO E A DECISÃO FINAL

Quantidade de Recursos	Tempo em Anos	%
5	1	0,47
173	2	16,37
139	3	13,15
138	4	13,06
95	5	8,99
101	6	9,56
92	7	8,70
49	8	4,64
50	9	4,73
54	10	5,11
45	11	4,26
37	12	3,50
36	13	3,41
17	14	1,61
12	15	1,14
6	16	0,57
1	17	0,09
5	18	0,47
	19	
2	21	0,19
1057	Média Ponderada: 7,10	100



3.27.2 INTERVALO DE TEMPO ENTRE A DATA DA ENTRADA DOS RECURSOS NO CERF E A DECISÃO FINAL

Quantidade de Recursos	Tempo em Meses	%
	1	
1	2	0,09
8	3	0,76
19	4	1,80
28	5	2,65
22	6	2,08
44	7	4,16
38	8	3,60
60	9	5,68
62	10	5,87
141	11	13,34
128	12	12,11
91	13	8,61
84	14	7,95
90	15	8,51
57	16	5,39
67	17	6,34
54	18	5,11
29	19	2,74
14	20	1,32
7	21	0,66
3	22	0,28
4	23	0,38
1	24	0,09
2	25	0,19
2	26	0,19
1	35	0,09
1057	Média Ponderada: 12,55	100



3.27.3 TEMPO CONSUMIDO NAS INSTÂNCIAS DE JULGAMENTO

TEMPO CONSUMIDO EM MESES – MÉDIA PONDERADA						
ANO	NA SEGUNDA INSTÂNCIA	%	OUTROS	%	TOTAL	%
2015	12,55	16,75	62,38	83,25	74,93	100

Notas:

TOTAL (tempo contado da data da lavratura do auto de infração até a decisão final);

OUTROS (tempo contado da data da lavratura do auto de infração até o ingresso do recurso no Conselho);

NA SEGUNDA INSTÂNCIA (tempo contado da data de ingresso no Conselho até a decisão final).